

COM BASE NO EDITAL Nº 001/2025 DE 11 DE NOVEMBRO 2025

# CARIDADE-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE - CEARÁ

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL



- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Atualidades e Convivência Societária
- ▶ Conhecimentos Educacionais
- ▶ Didática
- ▶ Conhecimentos Específicos

**BÔNUS**  
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS  
- INFORMÁTICA



# **AVISO IMPORTANTE:** **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



## **POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?**



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:  
Acesse agora: [www.apostilasopcao.com.br](http://www.apostilasopcao.com.br)

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

**Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.**





# **CARIDADE - CE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE - CEARÁ**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

**EDITAL Nº 001/2025 DE 11 DE NOVEMBRO  
2025**

**CÓD: OP-060NV-25  
7908403584192**

## ÍNDICE

## Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto. Situação comunicativa. Pressuposto e subtextualizado. Inferência. Ambiguidade. Polissemia. Intertextualidade. Tipos de linguagem .....	9
2. Tipos e gêneros textuais .....	17
3. Estrutura textual. Progressão temática. Paragrafação. Enunciado. Coesão. Coerência .....	21
4. Variações linguísticas. Formalidade e informalidade. Propriedade lexical. Adequação da linguagem .....	30
5. Fonética e fonologia. Encontros consonantais, encontros vocálicos, dígrafos .....	31
6. Acentuação gráfica .....	33
7. Pontuação .....	34
8. Ortografia .....	35
9. Morfologia: classes de palavras .....	37
10. Processo de formação das palavras .....	46
11. Funções da linguagem .....	47
12. Análise sintática dos períodos simples e composto .....	48
13. Concordância verbal e nominal .....	52
14. Regência verbal e nominal .....	54
15. Sintaxe de colocação .....	56
16. Produção textual .....	57

## Matemática

1. Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). Frações ordinárias e decimais. Números decimais: propriedades e operações. Expressões numéricas .....	65
2. Múltiplos e divisores: máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum .....	71
3. Equações do 1º e 2º graus .....	73
4. Problemas .....	77
5. Sistemas de medida de tempo .....	78
6. Sistema métrico decimal .....	78
7. Sistema monetário brasileiro OPÇÃO .....	80
8. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções .....	84
9. Divisão em partes proporcionais .....	85
10. Regra de três simples e composta .....	87
11. Porcentagem .....	89
12. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes .....	91
13. Fundamentos da Teoria dos Conjuntos .....	93
14. Conjuntos Numéricos: Números Naturais e Inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum), Números Racionais e Irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal), Números Reais (relação de ordem e intervalos), Operações .....	94
15. Funções: Estudo das Relações, Definição da Função, Funções definidas por fórmulas: Domínio, Imagem e Contradomínio, Gráficos, Função Injetora, Sobrejetora e Bijetora, Funções par e ímpar, Funções crescentes e decrescentes, Função Inversa, Função Composta, Função Polinomial do 1º Grau, Quadrática, Modular, Exponencial e Logarítmica, Resoluções de Equações, Inequações e Sistemas .....	107
16. Sequência: Progressão Aritmética e Geométrica .....	120

## ÍNDICE

17. Geometria Plana: Ângulos: definição, classificação, unidades e operações, feixes de paralelas cortadas por transversais, Teorema de Tales e aplicações, Polígonos: Elementos e classificação, diagonais, soma dos ângulos externos e internos, estudo dos quadriláteros e triângulos, congruências e semelhanças, relações métricas dos triângulos, Área: polígonos e suas partes .....	123
18. Álgebra: Matrizes, Determinantes, Análise Combinatória .....	133
19. Geometria Espacial: retas e planos no espaço (paralelismo e perpendicularismo), poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindro, cone e esfera (elementos e equações) .....	145
20. Geometria Analítica: Estudo analítico do ponto, da reta e da circunferência (elementos e equações) .....	150
21. Números Complexos: operações. Forma algébrica e trigonométrica .....	155

## Atualidades e Convivência Societária

1. Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Caridade.....	167
2. Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Caridade...	171
3. Arte e cultura .....	175
4. Ciência, tecnologia e inovação .....	180
5. Democracia, ética e cidadania .....	184
6. Ecologia/biodiversidade.....	186
7. Globalização e geopolítica .....	190
8. Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, transporte, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável.....	193
9. Responsabilidade social: setor público, privado, terceiro setor.....	198
10. Sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância, inclusão/exclusão, relações de gênero .....	202
11. Tecnologias de Informação e Comunicação .....	205
12. Vida urbana e rural .....	209
13. Violência e drogas.....	212
14. Ética profissional e relações humanas no trabalho; Ética moral e cidadania.....	216

## Conhecimentos Educacionais

1. O atual sistema educacional brasileiro .....	221
2. A escola pública como instrumento de inclusão social.....	222
3. A legislação educacional brasileira: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96.....	226
4. Plano Nacional de Educação .....	246
5. Organização do ensino na escola .....	261
6. A Gestão democrática .....	262
7. Instâncias colegiadas de gestão na escola pública de ensino .....	268
8. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental .....	269
9. Natureza do trabalho pedagógico: fundamentação filosófica, política e educacional .....	279
10. O papel do educador no ingresso, permanência e sucesso do aluno na escola .....	280
11. As contribuições científico tecnológicas para o conhecimento do processo de aprendizagem na infância, na adolescência, na juventude e no adulto .....	282
12. A influência de Paulo Freire na Educação e no mundo .....	283



---

**ÍNDICE**


---

## Didática

1. Concepções de sociedade, homem e educação .....	291
2. A função social da escola pública.....	292
3. A história da organização da educação brasileira .....	293
4. As contribuições de Piaget, Vygotsk e Wallon para o desenvolvimento humano e da aprendizagem .....	295
5. A educação como ato político, a pedagogia como ciência da educação e a didática como teoria e prática do ensino.....	302
6. Os pressupostos teóricos e metodológicos da ação docente .....	303
7. Planejamento educacional: tipos, concepções, processos de elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do planejamento da ação docente.....	304
8. Elementos do plano de ensino e sua relação com a prática da sala de aula e o contexto social do educando .....	305
9. A gestão da sala de aula e sua relação com os paradigmas educacionais presentes na prática educativa .....	307
10. As novas tecnologias e suas aplicações na construção do conhecimento .....	308
11. A avaliação da aprendizagem: concepções, princípios, procedimentos e instrumentos.....	312
12. Registros e trocas de experiências do/no cotidiano da sala de aula.....	313
13. Relação professor X aluno, pais e comunidade.....	314
14. Organização do ensino-aprendizagem e articulação com a diversidade .....	316
15. Contextualização e interdisciplinaridade na construção do conhecimento.....	317
16. A educação de jovens e adultos: pressupostos teóricos e metodológicos na EJA .....	318
17. Educação indígenas: noções básicas .....	320
18. Educação inclusiva: noções básicas .....	321

## Conhecimentos Específicos Professor de Educação Infantil

1. Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural .....	333
2. Procedimentos adequados ao atendimento à criança de zero a seis anos, referente à saúde, a alimentação e a higiene .....	334
3. A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade .....	335
4. Objetivos da Educação Infantil.....	337
5. A criança na educação infantil e suas linguagens .....	340
6. Atendimento à criança na educação infantil provida de ambientes pouco estimuladores do seu desenvolvimento cultural.....	341
7. Atividade de estimulação para a leitura na educação infantil .....	342
8. A educação artística a serviço da criatividade infantil .....	344
9. Sucata, um desafio à criatividade .....	346
10. Situações estimuladoras na área do pensamento operacional concreto .....	346
11. O desenvolvimento das percepções: o processo de formação de conceitos.....	348
12. A criança e o meio social.....	349
13. Ciências na Educação Infantil – importância do procedimento didático .....	350
14. Ensino e aprendizagem na Educação Infantil, finalidades, objetivos, conteúdos, metodologia .....	352
15. Educar, cuidar e acolher: função social da educação infantil.....	353
16. A aprendizagem da linguagem e a linguagem como instrumento de aprendizagem .....	354
17. A consciência moral e o espírito cívico segundo Jean Piaget.....	355

---

---

## ÍNDICE

---

18. Estatuto da Criança e do Adolescente .....	356
19. A criança e o número .....	396
20. Avaliação da aprendizagem como processo contínuo e formativo.....	396
21. Referencial Curricular Nacional.....	397
22. Como trabalhar a harmonização na Educação Infantil .....	403
23. A importância do lúdico na aprendizagem .....	404
24. Constituição Federal – art. 205 a art. 214.....	408
25. A Educação Infantil e seu papel social hoje .....	411
26. A organização do tempo e do espaço na educação infantil .....	413
27. A Documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação) .....	414
28. Princípios que fundamentam a prática na Educação Infantil: Pedagogia da infância e dimensões humanas .....	417
29. Direitos da infância e relação creche família .....	418
30. As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis.....	420
31. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil.....	420
32. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil .....	424
33. Referencial curricular nacional para a educação infantil .....	434
34. Política nacional de educação: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação .....	434

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

**COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.  
SITUAÇÃO COMUNICATIVA. PRESSUPOSTO E  
SUBTENDIDO. INFERÊNCIA. AMBIGUIDADE.  
POLISSEMIA. INTERTEXTUALIDADE. TIPOS DE  
LINGUAGEM**

## SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

### ► Elementos da Situação Comunicativa

- **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.
- **Exemplo:** Um professor explicando um conceito para seus alunos.
- **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.
- **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.
- **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.
- **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.
- **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.
- **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).
- **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.
- **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.
- **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.
- **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

### ► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

### Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:  
"Proibido estacionar das 8h às 18h."

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

### Exemplos de Situações Comunicativas

- **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.
- **Mensagem:** "Vamos ao cinema hoje?"
- **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.
- **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.
- **Mensagem:** "Aproveite a promoção imperdível desta semana!"
- **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.
- **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.
- **Mensagem:** "Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3."
- **Canal:** E-mail corporativo.
- **Análise em Concursos Públicos**  
Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:
  - **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.
  - **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.
  - **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.





## AMOSTRA

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

### PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

#### ► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

#### Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

#### Exemplos:

“Ana parou de fumar.”

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

“O evento será transferido para outro local.”

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

#### Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

#### Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

- (A) João nunca saiu de casa.  
(B) João estava em casa anteriormente.

**Resposta correta:** (B) João estava em casa anteriormente.

#### ► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

#### Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

#### Exemplos:

“Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

#### ► Diferenças entre Pressuposição e Inferência

Aspecto	Pressuposição	Inferência
Definição	Informação implícita assumida como verdadeira.	Conclusão lógica com base no texto.
Origem	Está na construção gramatical do enunciado.	Depende da interpretação do leitor.
Necessidade do texto	Essencial para a compreensão do enunciado.	Complementa o significado do texto.

#### Exemplo Comparativo:

“Clara voltou ao trabalho.”

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.
- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

#### ► Estratégias para Identificação

##### Para reconhecer pressuposições:

- **Pergunte-se:** “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

##### Para identificar inferências:

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.



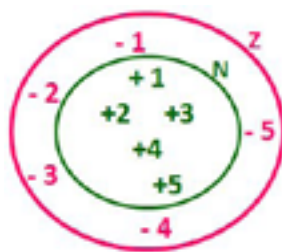
## AMOSTRA

## MATEMÁTICA

**NÚMEROS RELATIVOS INTEIROS E FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES E SUAS PROPRIEDADES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO E POTENCIAÇÃO). FRAÇÕES ORDINÁRIAS E DECIMAIS. NÚMEROS DECIMAIS: PROPRIEDADES E OPERAÇÕES. EXPRESSÕES NUMÉRICAS**

**CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS - Z**

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais  $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$  ( $N \subset Z$ ); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



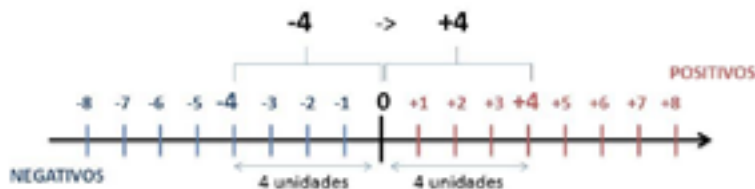
$N \subset Z$  (N está contido em Z)

**Subconjuntos:**

Símbolo	Representação	Descrição
*	$Z^*$	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	$Z^+$	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	$Z^{*+}$	Conjunto dos números inteiros positivos
	$Z_-$	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	$Z^{*-}$	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por  $| |$ . O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos:  $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

**OPERAÇÕES**

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.



## AMOSTRA

▪ **Atenção:** O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

▪ **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

▪ **Atenção:** todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

**Exemplo:**

## 1. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP)

Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

**Resolução:**

$50 - 20 = 30$  atitudes negativas

$20 \cdot 4 = 80$

$30 \cdot (-1) = -30$

$80 - 30 = 50$

**Resposta: A**

▪ **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b, pode ser indicado por  $a \times b$ ,  $a \cdot b$  ou ainda  $ab$  sem nenhum sinal entre as letras.

▪ **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

**Atenção:**

1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

2) Não existe divisão por zero.

3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS**:

- Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo;
- Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo.

Exemplo:

## 1. (PREF.DE NITERÓI)

Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

**Resolução:**

São 8 livros de 2 cm:  $8 \cdot 2 = 16$  cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$  cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$  livros de 3 cm

O total de livros da pilha:  $8 + 12 = 20$  livros ao todo.

**Resposta: D**

▪ **Potenciação:** A potência  $a^n$  do número inteiro  $a$ , é definida como um produto de  $n$  fatores iguais. O número  $a$  é denominado a *base* e o número  $n$  é o *expoente*.  $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$ ,  $a$  é multiplicado por  $a$   $n$  vezes. Tenha em mente que:

- Toda potência de base positiva é um número inteiro positivo.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

► **Propriedades da Potenciação**

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes.  $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes.  $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes.  $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base.  $(-a)^1 = -a$  e  $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1.  $(+a)^0 = 1$  e  $(-b)^0 = 1$

► **Conjunto dos números racionais – Q**  $\frac{m}{n}$ 

Um número racional é o que pode ser escrito na forma  $\frac{m}{n}$ , onde  $m$  e  $n$  são números inteiros, sendo que  $n$  deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos  $m/n$  para significar a divisão de  $m$  por  $n$ .



# ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CARIDADE

### O SURGIMENTO DE CARIDADE NO CONTEXTO DO SERTÃO CEARENSE

O município de Caridade, situado na região central do estado do Ceará, ocupa uma posição geográfica privilegiada entre o Sertão Central e o Maciço de Baturité. Sua origem e desenvolvimento estão profundamente ligados aos fluxos migratórios, econômicos e culturais que marcaram o interior cearense a partir do século XVII. Localizado às margens de importantes rotas de escoamento da pecuária, Caridade emergiu inicialmente como ponto de apoio para viajantes e comerciantes, transformando-se com o tempo em uma comunidade estruturada, com identidade própria e forte influência religiosa.

Para compreendermos o surgimento de Caridade, é necessário inseri-la no contexto mais amplo da ocupação do sertão nordestino, onde as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais foram moldadas principalmente pela pecuária extensiva, pelo sistema de sesmarias e pelas missões religiosas, fatores que também definiram a trajetória de muitos municípios cearenses.

#### ► Ocupação indígena e o início da colonização

Antes da chegada dos colonizadores europeus, a região onde hoje se encontra Caridade era habitada por grupos indígenas, destacando-se as etnias Jenipapo e Kanyndé, que ocupavam terras no entorno do Maciço de Baturité. Esses povos mantinham uma relação direta com os recursos naturais da região, praticando atividades de subsistência e preservando seus modos de vida tradicionais.

Com a colonização portuguesa e a política de concessão de terras via sistema de sesmarias, iniciado no século XVII, os territórios indígenas passaram a ser ocupados por grandes fazendas. Esse modelo de distribuição de terras tinha o objetivo de incentivar o povoamento e a produção econômica. Na região de Caridade, como em boa parte do sertão cearense, a pecuária extensiva tornou-se a principal atividade econômica, com destaque para a criação de gado voltado à produção de carne de sol e charque, produtos essenciais para o abastecimento das populações urbanas e das tropas militares.

#### ► A estrada dos sertões e a formação do núcleo inicial

Um dos fatores determinantes para o surgimento e desenvolvimento de Caridade foi sua localização estratégica à beira da antiga estrada dos sertões, que ligava o interior cearense às regiões de Maranguape e Fortaleza. Essa estrada era um importante corredor comercial por onde transitavam tropas, vaqueiros, comerciantes e criadores de gado oriundos de Boa Viagem, Santa Quitéria e Inhamuns, com destino às feiras e

A presença constante de viajantes e a movimentação de rebanhos estimularam o surgimento de pontos de parada e abastecimento, como pequenas fazendas e povoados. Um desses pontos foi a Fazenda Kágado, fundada em 1860 pelo Coronel Antônio Gaspar da Silveira, às margens do rio Macaco, próximo ao Serrote Kágado. A fazenda rapidamente se transformou em um povoado comercialmente ativo, impulsionado pela feira de gado e pelas trocas comerciais com regiões vizinhas.

#### ► A força da religiosidade e a mudança de nome

No ano de 1880, uma missão de penitência liderada pelo Reverendo Padre José Tomais marcou um novo momento para o povoado. Durante essa missão religiosa, foi erguida uma capela dedicada a Santo Antônio de Lisboa, e o nome da localidade foi alterado de “Kágado” para Caridade – nome simbólico que refletia os valores cristãos promovidos pelo missionário.

A religiosidade, elemento central na organização social dos povoados sertanejos, teve papel essencial no processo de formação da identidade cultural de Caridade. A construção da primeira capela, com terreno doado pelo próprio Coronel Antônio Gaspar, fortaleceu o vínculo da comunidade com a fé católica e promoveu a coesão social entre os habitantes.

Posteriormente, devido ao crescimento populacional, a capela original tornou-se pequena, o que levou à sua reconstrução e ampliação. Esse esforço foi liderado pelo Padre José Antônio Cavalcante, com apoio de líderes locais como o Capitão Raimundo Lopes Ferreira, culminando na formação da Igreja Matriz de Santo Antônio, que até hoje representa um dos símbolos da cidade.

#### ► A emancipação política e consolidação do município

Caridade foi, durante parte de sua história, distrito subordinado ao município de Canindé, conforme estabelecido por ato estadual em 1911. Contudo, seu desenvolvimento econômico e crescimento populacional impulsionaram a luta pela emancipação política.

Essa conquista ocorreu em 06 de agosto de 1958, com a promulgação da Lei Estadual nº 4.157, que elevou Caridade à categoria de município. A instalação oficial da nova unidade administrativa aconteceu em 13 de setembro de 1958, marcando o início da sua autonomia política e administrativa.

Desde então, Caridade passou a traçar sua própria trajetória enquanto ente federado, com estruturas de governo local e iniciativas voltadas ao desenvolvimento social e econômico da população.

### PRIMEIROS HABITANTES E O CICLO DAS SESMARIAS

Antes da chegada dos portugueses e da imposição de um modelo colonial de exploração das terras, a região que hoje compreende o município de Caridade, no Ceará, era habitada por diversos grupos indígenas. Esses povos, distribuídos em diferentes etnias, já ocupavam e utilizavam o território de



## AMOSTRA

sustentável, baseando suas práticas econômicas na caça, pesca, agricultura de subsistência e coleta. A história da ocupação dessa área revela muito sobre os processos que marcaram a formação do sertão nordestino como um todo, com destaque para o papel do sistema de sesmarias na consolidação da posse de terra e no avanço da pecuária.

### ► Os povos originários: Jenipapo e Kanyndé

A região oeste do Maciço de Baturité, onde Caridade se localiza, era originalmente habitada por grupos indígenas, entre os quais se destacavam os Jenipapo e os Kanyndé. Esses povos integravam uma ampla rede de comunidades indígenas que ocupavam o território cearense antes da chegada dos colonizadores europeus.

Os Jenipapo, por exemplo, eram conhecidos por seu modo de vida agrícola e por habitarem regiões próximas a cursos d'água, utilizando o território de forma coletiva e respeitosa com o meio ambiente. Já os Kanyndé estavam mais dispersos e eram considerados habilidosos na caça e em práticas de manejo florestal.

A chegada dos colonizadores, no entanto, trouxe consigo uma série de transformações. A imposição de uma nova lógica de ocupação territorial – baseada na propriedade privada e na exploração econômica – acabou por expulsar os indígenas de suas terras originais, seja por meio de confrontos, seja por processos de aculturação e missionarização.

### ► O sistema de sesmarias e a expansão da pecuária

Com o avanço da colonização no sertão cearense, principalmente a partir do século XVII, a Coroa Portuguesa instituiu o sistema de sesmarias, um mecanismo de concessão de grandes extensões de terra a particulares, com o objetivo de fomentar a produção agropecuária e garantir a ocupação do território colonial. As sesmarias eram concedidas a indivíduos considerados “fiéis à Coroa” e dispostos a produzir economicamente as terras.

No contexto de Caridade, as sesmarias foram fundamentais para o surgimento das grandes fazendas dedicadas à criação de gado bovino, principal atividade econômica da região durante o período colonial e imperial. A abundância de terras planas, com vegetação de caatinga e acesso a cursos d'água como o Rio Macaco, permitia a expansão da pecuária extensiva de forma relativamente fácil.

A carne de sol e o charque, produtos derivados do gado, tornaram-se mercadorias de grande importância para o abastecimento interno e para a exportação, especialmente para as regiões urbanas da costa e as zonas mineradoras do Sudeste.

### ► Impactos sociais e culturais da implantação das sesmarias

A implantação do sistema de sesmarias teve efeitos profundos na estrutura social da região. Em primeiro lugar, provocou a expulsão dos povos indígenas de suas terras, forçando muitos deles a se refugiarem em regiões mais afastadas ou a se submeterem aos aldeamentos religiosos conduzidos por ordens católicas, como os jesuítas.

Em segundo lugar, promoveu a concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários, estabelecendo as bases de uma sociedade oligárquica, marcada pela desigualdade no acesso à terra – uma característica que, em muitos casos, ainda se reflete

Por fim, contribuiu para a formação de uma elite rural que, ao longo do tempo, passou a desempenhar papel político, social e econômico de destaque nas regiões sertanejas. Essas famílias proprietárias de terra e gado formavam a base do poder local e muitas vezes decidiam os rumos políticos das comunidades.

### ► A constituição do território de Caridade no ciclo da pecuária

A presença de grandes fazendas de gado, surgidas a partir das sesmarias, deu origem aos primeiros núcleos de povoamento que mais tarde se consolidariam em vilas e, posteriormente, em municípios. Caridade é um exemplo típico desse processo.

A Fazenda Kágado, por exemplo, fundada em 1860 pelo Coronel Antônio Gaspar da Silveira, insere-se diretamente nesse ciclo. Com acesso à estrada dos sertões e às nascentes do Rio Macaco, tornou-se um ponto de apoio estratégico para o comércio e o transporte de gado vindo do sertão em direção a Fortaleza e Maranguape.

A fazenda, com o tempo, atraiu outras famílias, comerciantes e viajantes, formando um povoado economicamente ativo e socialmente integrado, que mais tarde adotaria o nome de Caridade.

### DA FAZENDA KÁGADO AO POVOADO DE CARIDADE

O surgimento de núcleos urbanos no interior nordestino obedeceu a um padrão historicamente consolidado: a partir da instalação de grandes fazendas, geralmente oriundas do sistema de sesmarias, formavam-se pequenos povoados ao redor de pontos estratégicos como rios, estradas ou centros religiosos. Foi exatamente esse o percurso que originou o município de Caridade, no estado do Ceará.

Na segunda metade do século XIX, a fundação da Fazenda Kágado, no oeste do Maciço de Baturité, marcou o início da ocupação mais sistemática da área que viria a se tornar o núcleo urbano de Caridade. O nome peculiar da fazenda – e posteriormente do povoado – remonta a um pequeno serrote próximo ao rio Macaco, onde a vida econômica e social passou a se desenvolver de maneira orgânica, ancorada no comércio, na pecuária e na fé católica.

### ► A fundação da Fazenda Kágado por Antônio Gaspar da Silveira

O ponto inicial dessa história é o ano de 1860, quando o Cel. Antônio Gaspar da Silveira estabeleceu a Fazenda Kágado nas proximidades das nascentes do Rio Macaco, no território que hoje pertence a Caridade. O nome da fazenda foi inspirado em um serrote situado ao leste da propriedade, chamado localmente de Serrote Kágado.

A escolha do local para fundação da fazenda não foi aleatória: a região possuía recursos hídricos, terras férteis para a criação de gado e estava situada às margens de uma estrada movimentada dos sertões, que ligava o interior ao litoral, passando por cidades como Maranguape e Fortaleza.

A fazenda, em pouco tempo, tornou-se um ponto de parada para viajantes, criadores de gado e comerciantes, especialmente aqueles que vinham de regiões como Boa Viagem, Santa Quitéria e os Inhamuns, áreas tradicionalmente ligadas à pecuária no Ceará.





## CONHECIMENTOS EDUCACIONAIS

### O ATUAL SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O sistema educacional brasileiro passou por diversas transformações ao longo das décadas, refletindo em mudanças sociais, econômicas e políticas. Atualmente, o sistema educacional do Brasil é estruturado em diferentes níveis, desde a educação básica até o ensino superior, cada um com seus desafios e características distintas.

A educação básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Infantil é voltada para crianças de 0 a 5 anos e é considerada a primeira etapa da educação básica. O Ensino Fundamental abrange do 1º ao 9º ano, enquanto o Ensino Médio compreende os últimos três anos da educação básica. Essa fase tem sido objeto de discussões e reformas nos últimos anos, com iniciativas para melhorar a qualidade do ensino, atualizar currículos e promover uma educação mais alinhada com as demandas contemporâneas.

A Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), traz trechos que regulamentam o sistema educacional brasileiro:

[...]

<sup>1</sup>Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

*I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)*

*a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)*

*b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)*

*c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)*

*II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)*

*III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)*

*IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)*

*V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;*

*VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;*

*VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;*

*VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)*

*IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)*

*X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).*

*XI - alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)*

*XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)*

*Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)*

[...]

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

*I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;*

*II - educação superior.*

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tornou-se uma ferramenta importante no acesso ao ensino superior, além de ser utilizado como indicador de qualidade do Ensino Médio. As universidades públicas e privadas utilizam o resultado do ENEM como critério de seleção, promovendo, assim, uma avaliação mais abrangente dos conhecimentos dos estudantes.

No ensino superior, o Brasil conta com uma variedade de instituições públicas e privadas. As universidades públicas são conhecidas por sua qualidade acadêmica, mas enfrentam desafios relacionados à expansão da oferta e à busca por financiamento. Programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni)

<sup>1</sup> <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm)>  
Acesso em novembro de 2023.





## AMOSTRA

e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foram implementados para facilitar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior privado.

Além disso, o Brasil também abriga uma diversidade de institutos técnicos e escolas profissionalizantes, buscando atender à demanda por profissionais qualificados em diferentes áreas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece oportunidades para aqueles que não concluíram seus estudos na idade regular.

No entanto, o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios significativos. A desigualdade regional e socioeconômica reflete-se nas discrepâncias de qualidade entre escolas, principalmente no ensino básico. A falta de infraestrutura, a carência de recursos pedagógicos e a formação inadequada de professores são questões que impactam negativamente a qualidade da educação em muitas regiões do país.

As políticas educacionais também têm sido objeto de debates e mudanças ao longo dos anos, muitas vezes influenciadas por diferentes visões ideológicas e orientações políticas. O desafio constante é encontrar um equilíbrio entre a necessidade de reformas estruturais, a garantia de recursos adequados e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras.

A tecnologia na educação tem se mostrado uma ferramenta promissora para enfrentar alguns desses desafios, proporcionando novas formas de aprendizado e acesso ao conhecimento. No entanto, a inclusão digital ainda é um desafio em algumas regiões, impactando a capacidade de implementar efetivamente essas soluções.

Em resumo, o atual sistema educacional brasileiro é multifacetado, refletindo os desafios e as complexidades de um país diverso e em constante evolução. A busca por melhorias na qualidade da educação, a equidade de acesso e a adaptação às demandas do mundo contemporâneo continuam a ser prioridades para construir um sistema educacional mais eficiente e inclusivo no Brasil.

### A ESCOLA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

#### PAPEL HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

O papel histórico da educação pública no Brasil está intimamente ligado ao processo de construção da cidadania e da democracia no país. Entender esse papel exige olhar para as transformações sociais, políticas e econômicas que moldaram o sistema educacional brasileiro ao longo do tempo.

##### ► Educação no período colonial e imperial

Durante o período colonial (1500–1822), a educação era essencialmente elitista e voltada à catequese indígena, conduzida principalmente pelos jesuítas. Poucos tinham acesso ao ensino formal, restrito às camadas mais abastadas, enquanto a maioria da população – composta por indígenas, africanos escravizados e mestiços – ficava completamente excluída.

No Império (1822–1889), surgiram as primeiras tentativas de estruturar um sistema nacional de ensino, mas a educação ainda era privilégio das elites. O ensino público era escasso e precário, concentrado em áreas urbanas e oferecido apenas nos níveis elementares.

##### ► Primeira República e a expansão inicial

Com a Proclamação da República (1889), surgiu uma valorização maior da educação como ferramenta de modernização e progresso. O movimento escolanovista das décadas de 1920 e 1930 propôs inovações pedagógicas e maior democratização do ensino, defendendo métodos ativos e a educação voltada à formação integral do indivíduo. No entanto, na prática, a educação pública seguia marcada por desigualdades regionais, especialmente entre áreas urbanas e rurais, e pelo baixo investimento público.

##### ► A Constituição de 1934 e a ideia de direito à educação

A Constituição de 1934 foi a primeira a consagrar a educação como direito de todos e dever do Estado. Mesmo assim, os avanços foram lentos e desiguais. O analfabetismo continuava elevado, e o sistema público carecia de estrutura e financiamento. No período ditatorial (1964–1985), houve ampliação de matrículas, mas com foco tecnicista, preparando mão de obra para o mercado, em vez de priorizar a formação cidadã e a inclusão social.

##### ► Redemocratização e a Constituição de 1988

O marco mais relevante para a educação pública foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu no artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Esse texto reforça o caráter universal e inclusivo da educação pública, definindo-a como instrumento essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A Constituição também prevê o acesso gratuito à educação básica e obriga a União, estados e municípios a garantirem o financiamento adequado.

##### ► Políticas de financiamento e ampliação do acesso

Nas décadas seguintes, o Brasil criou mecanismos importantes para fortalecer a educação pública, como o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado em 1996) e seu sucessor, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Esses fundos ajudaram a ampliar matrículas, reduzir desigualdades regionais e melhorar a remuneração docente. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição e atualizado periodicamente, estabelece metas claras para avançar em acesso, qualidade e inclusão.

##### ► Educação pública como espaço de inclusão social

O papel histórico da educação pública não se limita a oferecer acesso escolar: ela é um espaço simbólico onde se constrói a cidadania, a identidade coletiva e o pertencimento social. A escola pública é, muitas vezes, o único local onde crianças e jovens de baixa renda têm acesso à cultura, ao esporte, à alimentação de qualidade (graças à merenda escolar) e a serviços de apoio psicossocial. Ela desempenha, portanto, um papel de proteção social fundamental.



# DIDÁTICA

## CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE, HOMEM E EDUCAÇÃO

As concepções de sociedade, de ser humano e de educação formam a base filosófica e política de toda prática pedagógica. Essas concepções orientam o que se ensina, como se ensina, para quem e com qual finalidade. Toda proposta curricular, todo plano de aula, todo modelo de avaliação é uma expressão, direta ou indireta, de uma visão de mundo.

Na prática educacional, é comum que essas concepções estejam implícitas, ou seja, não sejam claramente discutidas ou refletidas. No entanto, elas operam silenciosamente nas escolhas pedagógicas. Por isso, o educador que deseja atuar de forma crítica e consciente precisa conhecer e analisar as diferentes correntes de pensamento que sustentam essas visões.

A análise das concepções de sociedade, de homem e de educação não é apenas um exercício teórico. Ela tem implicações concretas na organização do trabalho pedagógico, na gestão escolar, nas políticas públicas de educação e na formação da cidadania. Saber identificar essas concepções é também uma habilidade cada vez mais exigida em concursos públicos e avaliações na área educacional.

### CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE: CONSERVADORA, LIBERAL E CRÍTICA

A concepção de sociedade refere-se à forma como se entende a organização social, as relações entre os indivíduos, os papéis das instituições e os mecanismos de mudança social. Na pedagogia, essa concepção influencia diretamente o sentido atribuído à educação.

**Sociedade conservadora:** Nesta visão, a sociedade é um corpo orgânico, harmônico, onde cada indivíduo deve ocupar seu lugar natural. A educação tem como função conservar a ordem, transmitir valores morais e garantir a obediência às normas. O conhecimento é visto como absoluto e imutável. Essa concepção sustenta práticas pedagógicas autoritárias, baseadas na memorização e na disciplina rígida.

**Sociedade liberal:** A sociedade é entendida como um conjunto de indivíduos livres e racionais que interagem em busca de seus interesses. Valoriza-se a meritocracia, a neutralidade da escola e a liberdade individual. A educação é vista como meio de ascensão social e como espaço neutro, onde todos têm as mesmas oportunidades. No entanto, ignora-se muitas vezes as desigualdades sociais estruturais que afetam o acesso e o sucesso escolar.

**Sociedade crítica:** Nessa concepção, a sociedade é entendida como um espaço de contradições, conflitos e lutas por poder. Reconhece-se que as desigualdades sociais são construídas historicamente e que a escola pode tanto reproduzi-las quanto contribuir para sua superação. A educação é vista como prática

política e instrumento de transformação social. Essa concepção está presente em autores como Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire.

### CONCEPÇÕES DE HOMEM: NATURALISTA, INDIVIDUALISTA E HISTÓRICO-SOCIAL

A concepção de homem (ou ser humano) está diretamente ligada à forma como se entende o desenvolvimento humano, a aprendizagem e o papel da educação. Essa visão orienta as expectativas em relação ao aluno e o tipo de relação pedagógica que se estabelece.

**Concepção naturalista:** O ser humano é visto como determinado pela biologia, instintos ou herança genética. Essa visão, influenciada por correntes positivistas, tende a justificar o fracasso escolar como resultado de limitações individuais. Na prática pedagógica, pode levar à exclusão de alunos com dificuldades ou à naturalização das desigualdades.

**Concepção individualista:** O ser humano é considerado um ser autônomo, racional e responsável por suas escolhas. Essa visão, associada ao liberalismo, valoriza o mérito individual e a competição. A escola, nesse caso, funciona como espaço de seleção, onde os “melhores” avançam. É uma concepção frequentemente usada para legitimar a desigualdade sob o argumento do esforço pessoal.

**Concepção histórico-social:** O ser humano é entendido como sujeito histórico, construído nas relações sociais, culturais e econômicas. Essa concepção reconhece que todos têm potencial de aprender, mas que esse potencial depende das condições objetivas e subjetivas em que vivem. O educador, nessa visão, é um agente de mediação, que deve criar condições para que todos desenvolvam suas capacidades.

### CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO: TRADICIONAL, TECNICISTA, LIBERAL RENOVADORA E PROGRESSISTA

As concepções de educação derivam das visões de sociedade e de homem. Elas expressam diferentes finalidades para a escola e modelos distintos de ensino.

**Educação tradicional:** Tem origem na concepção conservadora. Valoriza a autoridade do professor, a disciplina e a transmissão de conhecimentos considerados “superiores”. O aluno é passivo e deve reproduzir o saber. É comum em práticas que priorizam a memorização, o livro didático e a repetição.

**Educação tecnicista:** Ligada ao funcionalismo e ao modelo industrial, entende a educação como preparo para o mercado de trabalho. O ensino é fragmentado, com ênfase na eficiência, controle e avaliação quantitativa. O professor é um executor de métodos e o aluno, um receptor de instruções.

**Educação liberal renovadora:** Baseia-se em ideias do “aprender fazendo” (John Dewey). Valoriza a atividade do aluno, o interesse, a experiência e a individualidade. Embora apresente avanços em relação ao modelo tradicional, muitas vezes desconsidera as questões sociais e as desigualdades estruturais.



## AMOSTRA

Educação progressista: Fundada em uma concepção crítica de sociedade e homem, busca formar sujeitos conscientes e capazes de transformar a realidade. Paulo Freire é o principal expoente dessa concepção. O processo educativo é dialógico, participativo e contextualizado. A escola é espaço de reflexão, debate e emancipação.

### IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES

Cada concepção analisada resulta em práticas pedagógicas específicas. Por exemplo:

- Uma escola com base na concepção tradicional tende a adotar provas padronizadas, aulas expositivas e punições disciplinares.
- Uma escola de orientação liberal-competitiva pode adotar ranking de alunos, olimpíadas de conhecimento e sistemas meritocráticos de avaliação.
- Uma escola com base na pedagogia progressista valoriza o projeto coletivo, o trabalho interdisciplinar, a escuta ativa do aluno e o currículo contextualizado.

Na formação docente, é essencial que o educador reflita sobre suas próprias concepções. Muitas vezes, práticas conservadoras são reproduzidas de forma acrítica, mesmo quando o discurso é progressista. A coerência entre teoria e prática exige análise constante, estudo e compromisso ético com a função social da educação.

Além disso, as políticas públicas educacionais são influenciadas por essas concepções. Reformas curriculares, avaliações externas, gestão escolar e financiamento da educação refletem determinadas visões de mundo. O educador, como profissional reflexivo, precisa estar atento a essas disputas e posicionar-se criticamente.

### A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

A função social da escola abrange múltiplas dimensões e está profundamente conectada à formação integral do indivíduo para a vida em sociedade. Em sua essência, a escola visa promover a cidadania, proporcionar igualdade de oportunidades e preparar os alunos tanto para o mundo do trabalho quanto para a compreensão crítica e transformadora da realidade.

Esse papel é central para o desenvolvimento humano e social, pois vai além da transmissão de conteúdos acadêmicos, contribuindo para o fortalecimento das comunidades e para o bem-estar social. Assim, a função da escola é ampla e implica a responsabilidade de ser um espaço que acolhe e respeita a diversidade, contribui para a justiça social, incentiva a autonomia e prepara para a vida em sociedade.

Um dos pilares da função social da escola é a construção de uma cidadania ativa e consciente. A educação escolar não só prepara os indivíduos para o exercício de seus direitos e deveres, mas também os encoraja a participarem dos processos democráticos e das decisões coletivas de maneira crítica e informada.

Nesse ambiente, a escola atua como um espaço de aprendizado dos valores democráticos, promovendo o respeito pela diversidade de opiniões e incentivando a formação de

do engajamento em causas coletivas. Assim, o estudante é levado a perceber a escola não apenas como um lugar de aprendizado acadêmico, mas também como uma preparação para viver e atuar na sociedade.

Outro aspecto fundamental é a promoção da igualdade de oportunidades. Em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas e sociais, a escola assume um papel de inclusão e democratização do conhecimento, proporcionando acesso a conteúdos e experiências que possibilitam aos alunos romperem barreiras de exclusão social. Para muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a escola representa a principal ou até única oportunidade de acessar o conhecimento necessário para ampliar suas perspectivas de vida.

A função da escola é, portanto, promover um ambiente igualitário e inclusivo, onde todos possam aprender e se desenvolver, independentemente de suas origens sociais, culturais ou econômicas. Esse compromisso com a equidade está diretamente relacionado à função da escola em reduzir desigualdades e proporcionar as ferramentas para uma vida digna e autônoma.

Além de contribuir para a formação cidadã e para a promoção da equidade, a escola também desempenha um papel socializante, fundamental para o desenvolvimento das habilidades de convivência e interação.

A experiência escolar permite que os alunos aprendam a se relacionar, respeitar as diferenças e compartilhar vivências, habilidades cruciais para a vida em sociedade. A convivência com a diversidade de realidades e pontos de vista em sala de aula e nas atividades coletivas contribui para a construção de valores como o respeito, a empatia, a responsabilidade e a capacidade de resolver conflitos de maneira construtiva. Esse processo de socialização, fundamental para o desenvolvimento integral, possibilita que os estudantes se tornem adultos capazes de contribuir para a harmonia e o progresso de sua comunidade.

Outro aspecto importante é a preparação para o mundo do trabalho e para o desenvolvimento econômico e tecnológico. O mercado de trabalho, em constante transformação, exige cada vez mais competências técnicas, criativas e adaptativas.

A escola, ao oferecer uma formação técnica e intelectual, prepara os alunos para as exigências do mundo profissional, capacitando-os para enfrentar desafios e contribuir de forma produtiva para o desenvolvimento econômico e para a inovação. Dessa forma, a escola desempenha também um papel essencial para o crescimento econômico sustentável, ao preparar cidadãos que não só participem da economia, mas que possam colaborar de maneira ética e consciente com o desenvolvimento da sociedade.

A função social da escola se estende à promoção da autonomia intelectual e ao desenvolvimento da capacidade crítica dos indivíduos. O ambiente escolar deve ser um espaço onde o estudante tem a oportunidade de aprender a pensar de forma independente, questionar, analisar e formar suas próprias opiniões.

O estímulo ao pensamento crítico é uma das formas mais poderosas de desenvolver cidadãos que não apenas se adequem à realidade, mas que também tenham a capacidade de transformá-la. Esse aspecto da educação prepara o estudante para ser um agente de mudança em sua comunidade e contribui para a construção de uma sociedade que valoriza a ciência, a ética e a justiça.



# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Professor de Educação Infantil

### CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO / APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

#### A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL COMO BASE PARA COMPREENDER O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A Psicologia Histórico-Cultural, também conhecida como teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, é uma vertente teórica fundada nos estudos de Lev Semionovich Vygotsky, no início do século XX, na União Soviética. Essa abordagem rompe com as visões biologicistas e inatistas predominantes até então, propondo uma compreensão do desenvolvimento humano como um processo histórico, social e culturalmente determinado. Essa perspectiva ganhou grande destaque na área educacional, especialmente por sua ênfase na importância da mediação social e do papel da escola como instrumento de desenvolvimento.

Enquanto teorias tradicionais compreendem o desenvolvimento humano como uma sequência natural e linear, a Psicologia Histórico-Cultural o vê como resultado da interação ativa do sujeito com o meio social, por meio da apropriação dos instrumentos culturais, especialmente a linguagem. Nessa perspectiva, o conhecimento não é inato nem adquirido de forma passiva, mas sim construído nas relações sociais e internalizado pelo sujeito em um processo de desenvolvimento dialético.

O contexto de surgimento dessa teoria também é fundamental para sua compreensão: a União Soviética vivia profundas transformações políticas e sociais, que exigiam uma nova concepção de homem, educação e cultura. Vygotsky e seus colaboradores, como Luria e Leontiev, desenvolveram uma psicologia alinhada com o materialismo histórico-dialético, buscando superar as limitações da psicologia introspectiva e experimental dominante no Ocidente. Assim, a Psicologia Histórico-Cultural emergiu como uma ciência do homem orientada à transformação da realidade social.

#### FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: MARXISMO, MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO

A Psicologia Histórico-Cultural está profundamente enraizada no materialismo histórico-dialético, filosofia desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. Ao adotar esse referencial, Vygotsky rompe com as abordagens individualistas da psicologia clássica e passa a considerar o homem como ser ativo, social e produtor de cultura. Segundo essa concepção, o desenvolvimento humano não pode ser compreendido à margem das condições materiais de existência e das relações sociais que moldam a vida em sociedade.

Um dos conceitos centrais dessa teoria é o de mediação. Para Vygotsky, o ser humano se relaciona com o mundo não de forma direta, mas por meio de instrumentos e signos criados

historicamente pela humanidade. A linguagem é o principal signo mediador e exerce papel fundamental na constituição do pensamento. Assim, a atividade psíquica humana é vista como uma construção social, resultado da interiorização das formas culturais mediadas pela linguagem.

Além disso, a teoria enfatiza o papel do trabalho na constituição do ser humano. Diferente das espécies animais, que se adaptam ao meio por instinto, o homem transforma o ambiente por meio do trabalho, produzindo instrumentos e desenvolvendo consciência sobre essa atividade. Essa capacidade transformadora está na base do desenvolvimento humano e é compreendida como resultado de processos coletivos, históricos e culturais.

Essa visão também pressupõe uma compreensão dialética do desenvolvimento, ou seja, não linear e acumulativa, mas marcada por contradições, conflitos e superações. O desenvolvimento, portanto, é visto como um processo de mudanças qualitativas que ocorrem por meio da atividade prática e das relações sociais. A escola, nesse contexto, é um espaço privilegiado para a mediação dos instrumentos culturais mais elaborados, especialmente os conceitos científicos.

#### O DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY

Para Vygotsky, o desenvolvimento humano ocorre a partir da interação entre os fatores biológicos e culturais. Ele distingue dois tipos de desenvolvimento: o natural, relacionado à maturação biológica, e o cultural, que se refere à internalização das formas culturais e dos instrumentos simbólicos produzidos pela humanidade. A interação entre esses dois planos constitui o desenvolvimento psicológico propriamente humano.

A noção de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é uma das contribuições mais conhecidas de Vygotsky. Trata-se da distância entre o nível de desenvolvimento real de uma criança, determinado pela sua capacidade de resolver problemas de forma independente, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela sua capacidade de resolver problemas com a ajuda de um adulto ou de pares mais experientes. A ZDP destaca o papel central da mediação e do ensino no processo de desenvolvimento.

Diferentemente de Piaget, que enfatiza a autonomia do sujeito e vê o desenvolvimento como pré-requisito para a aprendizagem, Vygotsky inverte essa lógica: para ele, é o ensino que impulsiona o desenvolvimento. O conhecimento é primeiro vivido no plano social (interpsicológico) para depois ser internalizado pelo sujeito (intrapicológico), num processo contínuo de apropriação dos saberes culturais.

Essa concepção reforça o papel ativo da escola e do professor como mediadores do desenvolvimento. Ao oferecer conteúdos científicos e formas elaboradas de pensamento, a escola promove saltos qualitativos no desenvolvimento cognitivo dos alunos, indo além da experiência cotidiana e do senso comum.





## AMOSTRA

**A APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO:  
INTERNALIZAÇÃO, MEDIAÇÃO E ENSINO**

A apropriação do conhecimento, na perspectiva histórico-cultural, é um processo ativo de internalização dos instrumentos culturais mediados pelas relações sociais. Essa internalização não é uma simples cópia do externo para o interno, mas um processo de reconstrução ativa, mediado principalmente pela linguagem. Vygotsky afirma que “toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro, no nível social, e depois, no nível individual”.

O processo de apropriação inicia-se na interação social, com a participação do sujeito em atividades coletivas. Com o tempo e a mediação adequada, essas atividades são interiorizadas, transformando-se em funções psicológicas superiores, como memória voluntária, atenção dirigida, pensamento abstrato, entre outras. Esse processo está na base da formação dos conceitos científicos, que se diferenciam dos conceitos espontâneos adquiridos na vida cotidiana.

A linguagem desempenha papel fundamental nesse processo. É por meio dela que o sujeito organiza o pensamento, comunica-se, planeja ações e elabora conceitos. A mediação do professor, portanto, deve ser intencional, sistemática e orientada à formação de estruturas cognitivas mais complexas. A prática pedagógica baseada na Psicologia Histórico-Cultural propõe um ensino que desafie o aluno, estimule seu raciocínio e favoreça a superação dos limites de seu desenvolvimento atual.

O ensino deve, assim, estar na vanguarda do desenvolvimento, promovendo situações de aprendizagem que criem Zonas de Desenvolvimento Proximal. É o ensino que conduz o aluno a níveis mais elevados de desenvolvimento, tornando possível a apropriação dos saberes sistematizados da ciência e da cultura.

**IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL**

A teoria histórico-cultural tem profundas implicações para a prática pedagógica. Ao considerar o ensino como motor do desenvolvimento, ela atribui à escola e ao professor um papel transformador. O conteúdo escolar deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser instrumento de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O currículo, nesse sentido, deve contemplar os conhecimentos científicos acumulados pela humanidade, favorecendo a formação de sujeitos críticos e autônomos.

A pedagogia histórico-crítica, desenvolvida por Dermeval Saviani, é uma das principais vertentes pedagógicas inspiradas na Psicologia Histórico-Cultural. Ela propõe uma educação vinculada à transformação social, orientada pelos princípios do materialismo histórico e dialético, e voltada à formação de uma consciência crítica. O ensino é entendido como prática social intencional, que visa à apropriação dos saberes científicos, artísticos e filosóficos pela classe trabalhadora.

Também a didática desenvolvimental, proposta por Vygotsky e aprofundada por seus seguidores russos, como Davíдов e Elkonin, propõe um ensino centrado no desenvolvimento do pensamento teórico e abstrato. Essa abordagem defende a organização do ensino a partir de tarefas que promovam a análise, generalização e reflexão crítica, superando a simples memorização e repetição de conteúdos.

Assim, a teoria histórico-cultural se opõe a práticas educativas

baseadas no espontaneísmo, no tecnicismo ou na pedagogia das competências, defendendo uma formação humana plena, crítica e emancipadora. Essa concepção é amplamente cobrada em concursos públicos da área educacional, especialmente nos temas que envolvem políticas de formação docente, práticas pedagógicas e psicologia da aprendizagem.

**PROCEDIMENTOS ADEQUADOS AO ATENDIMENTO  
À CRIANÇA DE ZERO A SEIS ANOS, REFERENTE À  
SAÚDE, A ALIMENTAÇÃO E A HIGIENE****A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS INTEGRAIS NA  
PRIMEIRA INFÂNCIA**

O atendimento à criança de zero a seis anos exige uma abordagem integral, que considere não apenas os aspectos pedagógicos, mas também os cuidados relacionados à saúde, alimentação e higiene. Essa etapa do desenvolvimento humano, conhecida como primeira infância, é marcada por intensas transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais. Por isso, exige ações articuladas entre diferentes áreas do conhecimento e políticas públicas que assegurem o pleno desenvolvimento da criança.

Segundo o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Isso significa que os serviços de educação infantil – creches e pré-escolas – devem atuar em conjunto com o sistema de saúde, a assistência social e outras políticas públicas para garantir o bem-estar das crianças.

Além disso, os conhecimentos da pediatria, da nutrição, da enfermagem, da psicologia e da pedagogia devem ser mobilizados para embasar as práticas de cuidado e educação voltadas a essa faixa etária. A atuação dos profissionais que lidam com crianças pequenas deve ser guiada por princípios como o respeito à individualidade, a escuta sensível, a promoção da autonomia e a garantia da segurança física e emocional.

**CUIDADOS COM A SAÚDE NA INFÂNCIA: PREVENÇÃO,  
ACOMPANHAMENTO E PROMOÇÃO**

A saúde da criança de 0 a 6 anos deve ser tratada de forma preventiva e contínua, por meio de ações de promoção da saúde, vacinação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e detecção precoce de agravos. O Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Estratégia Saúde da Família e da Atenção Primária, tem papel central nesse cuidado.

Alguns procedimentos fundamentais incluem:

- **Vacinação:** A criança deve seguir rigorosamente o calendário vacinal do Ministério da Saúde, que inclui vacinas contra hepatite B, BCG, pentavalente, rotavírus, poliomielite, tríplice viral, entre outras.
- **Consultas de puericultura:** Realizadas periodicamente pelo pediatra ou equipe de saúde da família, visam acompanhar o crescimento (peso, altura, perímetro cefálico), o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social.





# GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**EU QUERO SER APROVADO!**

